

Propostas para acabar com guerra fiscal podem nem sair do papel

Pacote de medidas que prevê alíquota única de ICMS em 8 anos enfrenta resistência do Senado

Estados mais pobres poderiam conceder benefício no imposto desde que respeitassem as novas regras

CLAUDIA ROLLI
DE SÃO PAULO
GABRIELA GUERREIRO
DE BRÁSILIA

Para acabar com a guerra fiscal no país, a comissão formada por especialistas em tributação entregou ontem ao

presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), um pacote de medidas (projeto de lei e proposta de emenda constitucional) que criam regras para concessão de benefícios.

As propostas da comissão vão enfrentar resistências de senadores durante a sua tramitação, sinal de que a maioria pode nem sair do papel.

A unificação das alíquotas do ICMS em 4% deve ocorrer em um prazo de oito anos — como previa proposta de reforma tributária defendida pelo governo. Hoje, as alíquotas

variam de 7% a 12%.

Está mantida também a exigência de unanimidade do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária) para que um Estado dê incentivo fiscal com o ICMS. Mas há exceção para os Estados mais pobres (com renda per capita abaixo da média nacional).

“O Estado que sair criando leis e dando benefícios será punido. Um projeto para alterar o Código Penal prevê até quatro anos de prisão para quem não respeitar as regras”, diz o advogado Ives

Gandra Martins, um dos integrantes da comissão.

No caso de regiões mais pobres, o incentivo fiscal tem de ser aprovado por dois terços dos integrantes do Confaz, só pode ser concedido para indústrias, tem de respeitar a alíquota mínima de 4% e só pode durar oito anos.

Irritados com criação da comissão por Sarney, integrantes da CAF (Comissão de Assuntos Econômicos) afirmam que a competência para sugerir propostas nas áreas fiscal e tributárias é da comis-

são, e não de especialistas.

“A comissão de notáveis quer impor uma posição. Vão trazer mais pressão e mais demandas sobre temas que são tão delicados”, disse o líder do governo, senador Eduardo Braga (PMDB-AP).

Sarney deve encaminhá-las para tramitação na Casa.

Com exceção do projeto que criminaliza a chamada “guerra fiscal”, os demais temas sugeridos pelos especialistas já tramitam no Congresso e não avançam por falta de acordo entre os parlamentares.